

O que Funaro vai dizer

CESAR FONSECA Da Editoria de Economia

O programa econômico que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, apresentará aos parlamentares constituintes amanhã, no Congresso, prevê uma inflação de 200 por cento em 12 meses, de dezembro de 1987 sobre dezembro de 1986, e na média uma inflação de 145 por cento.

A informação foi prestada, ontem, ao **CORREIO BRAZILIENSE**, pelo secretário do Tesouro, Andrea Sandro Calabi. Segundo ele, essa previsão consta da revisão dos orçamentos da União e das empresas estatais e está sendo concluída esta semana. As previsões anteriores, de um orçamento fixado com base na inflação zero eram totalmente irrealistas. Também, irrealistas, admitiu, foram as previsões de uma inflação que variava entre 30 e 70 por cento.

Calabi reconheceu que face ao processo de realinhamento de preços está muito difícil para o Governo fixar uma previsão da inflação para 1987. Até o final do semestre, a previsão oficial é de uma inflação variável entre 12 e 14 por cento, mas após concluída a fase do realinhamento, prevê-se um patamar inflacionário médio entre 8 e 9 por cento.

Há uma outra alternativa em estudo pelo secretário do Tesouro para estimar a inflação este ano sem que se incorra em erro significativo de previsão. Trata-se, disse Calabi, de trabalhar com a previsão estimada para o primeiro semestre e uma segunda previsão para o segundo semestre. Isso implicaria, disse, na necessidade de encaminhar ao congresso nacional nova lei de excesso, possivelmente duas, para suplementar despesas orçamentárias.

Para os economistas da Fazenda, a economia poderá conviver sem maiores problemas com uma inflação média de 145 por cento ao ano ou uma de 200 por cento de dezembro de 87 sobre dezembro de 86. Ela, ressaltam, é perfeitamente administrável. Afinal, a economia conviveu durante muito tempo com uma inflação anual de 230 por cento.

Não se trata, de acordo com os economistas da Fazenda, de uma inflação inercial, que se move por si própria, como ocorria antes do Plano Cruzado, graças à correção monetária. Entendem os economistas

da Fazenda que a elevação do patamar inflacionário nos últimos dois meses se deveu, basicamente, ao realinhamento de preços disparado a partir do Plano Cruzado II, logo após as eleições.

O processo de realinhamento, pela previsão oficial, deverá prosseguir até o final de abril. Outros acham que deverá se estender até o final de maio. A aplicação da correção monetária, nesse período, visa proteger os agentes econômicos e os ativos financeiros. Mas, a correção, para os economistas oficiais, não está exercendo o papel de reindexador da inflação, por enquanto, porque o fator principal da elevação dos preços está sendo, efetivamente, a permissão de deixá-los flutuar, oxigenar, na expressão de um assessor econômico da assessoria do ministro Dilson Funaro.

Mas, há economistas na assessoria econômica que defendem a necessidade de um novo choque após a fase do realinhamento geral de preços para evitar que, justamente, a correção monetária, que teve de voltar com o retorno do processo inflacionário, passe a executar, novamente, o papel que executava antes, isto é, de reindexar generalizadamente a economia. Se a correção monetária não for brecada, defende um economista da assessoria do Ministro, difícil-

mente o Governo conseguirá segurar a inflação na casa de um dígito, fatalmente ela deverá continuar oscilando entre 10 e 12 por cento.

O Governo, neste caso, estará sempre sob o perigo de enfrentar qualquer choque de oferta, seja de uma seca, seja do câmbio, seja dos juros ou de qualquer outro fator que por ser incontável mantenha a economia em alto grau de vulnerabilidade. Sem um novo choque, ou melhor, sem um novo congelamento, depois de estabilizada a taxa de inflação com o realinhamento, dificilmente o Governo controlará os efeitos realimentadores do processo inflacionário produzidos pelo retorno da correção monetária.

Não está nos planos do ministro da Fazenda seguir uma política monetária defasada da variação da inflação, para não provocar recessão na economia. Assim, a previsão oficial é de que a emissão de moeda e os meios de pagamento (dinheiro em mãos do público mais depósitos à vista nos bancos) deverão crescer paralelamente à inflação, ou seja, em torno de 140 por cento.

Assim, o perfil do programa econômica que o ministro da Fazenda encaminhará ao Congresso, primeiro, e depois aos banqueiros, é o seguinte:

INFLAÇÃO — 200 por cento (de dezembro de 87 sobre dezembro de 86) e 145 por cento na média;

MEIOS DE PAGAMENTO — média de 140 por cento ao ano;

BASE MONETÁRIA — 140 por cento;

PIB — provavelmente 3 ou 4 por cento em 87 e 6 ou 7 por cento entre 88 e 1990;

CÂMBIO — variará de acordo com o câmbio;

JUROS — serão mantidas taxas reais, para segurar o consumo e estimular a poupança, mas linhas de créditos especiais para pequenas e médias empresas;

SUPERAVIT COMERCIAL — 8 bilhões de dólares em 87, promessa de aumento progressivo dos saldos nos três anos seguintes;

NECESSIDADE DE RECURSOS — 4 bilhões de dólares de empréstimos externos e igual montante nos 3 anos seguintes;

INVESTIMENTO — Cz\$ 120 bilhões através do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), correspondendo a 6 bilhões que acrescidos dos 4 bilhões de dólares de recursos novos garantirão investimento de 10 bilhões de dólares na economia nos próximos 4 anos;

TARIFAS PÚBLICAS — reajustadas de acordo com a evolução dos custos;

GASTOS PÚBLICOS — cortes nos subsídios e incentivos fiscais, enxugamento das despesas de forma que não ultrapassem as receitas orçamentárias;